



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DAS LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES
CURSO DE LICENCIATURAS EM CIÊNCIAS HUMANAS

CÍCERA VALÉRIA SANTOS PAZ

**PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DA CIDADE DE ARAME – MA: uma história
não contada.**

Grajaú – MA
2019

CÍCERA VALÉRIA SANTOS PAZ

**PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DA CIDADE DE ARAME – MA: uma história
não contada**

Trabalho de conclusão de curso na forma de artigo para a obtenção do título de licenciatura em Ciências Humanas – Geografia, pela Universidade Federal do Maranhão, campus Grajaú.

Orientadora: Dra. Edilma Fernandes da Silva.

Grajaú – MA
2019

PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DA CIDADE DE ARAME – MA: uma história não contada

Cícera Valéria Santos Paz¹
Orientadora: Dra. Edilma Fernandes da Silva²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de emancipação e construção histórica do município de Arame – MA, percebendo as nuances do passado através de fontes orais e documentais, bem como os conflitos territoriais entre índios e não índios que resultaram na independência e autonomia de Arame enquanto um novo município do Estado do Maranhão. Para tanto, a metodologia utilizada para a elaboração desse estudo foi a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, bem como base teórica acerca do assunto, como Zannoni (2018), Brandt (2010), Cigolini (2012), entre outros. É importante destacar a importância desse tema, haja vista haver contradições nas histórias contadas nos livros e oralmente. A História apresentada aqui está perpassada de geração em geração com fundamentos e interesses políticos e particulares, distorcendo o processo histórico da cidade e favorecendo alguns grupos locais específicos durante anos.

Palavras-chave: Emancipação. Conflitos territoriais. História oral.

¹ Graduanda em Licenciatura em Ciências Humanas – Geografia, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus Grajaú – MA. E-mail: ciceravalerias@gmail.com

² Professora Adjunta-DE do curso de graduação em geografia no Departamento de Ciências Humanas - UFMA. Atualmente é Coordenadora da Pós-Graduação em Gestão e Educação Ambiental. Possui Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN (2015), na linha de pesquisa: ordenamento territorial e gestão de conflitos nos ambientes costeiros. Durante o mestrado e doutorado atuou como bolsista da CAPES como docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: pesca artesanal, conflitos socioambientais, impactos socioambientais, Gestão em Unidades de Conservação, Gestão compartilhada e ecologia humana.

CITY EMANCIPATION PROCESS OF ARAME – MA: an untold story

ABSTRACT

The present work has the objective of analyzing the process of emancipation and historical construction of the municipality of Arame - MA, perceiving the nuances of the past through oral and documentary sources, as well as the territorial conflicts between Indians and non - Indians that resulted in the independence and autonomy of Arame as a new municipality of Maranhão. For this, the methodology used for the elaboration of this study was the documental and field bibliographic research, as well as theoretical base on the subject, as Zannoni (2018), Brandt (2010), Cigolini (2012), between others. It is important to emphasize the importance of this topic, since there are contradictions in the stories told in the books and orally. History is spanned from generation to generation with political and individual foundations and interests, distorting the historical process of the city and favoring specific local groups for years.

Key-words: Emancipation. Territory Conflicts . Oral Story.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Município de Arame – Maranhão.	10
Figura 2. Morro onde ficava a aldeia indígena Marajá, em Arame - MA.....	17

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 - MATERIAL E MÉTODO	9
3 - A DIVISÃO E COMPARTIMENTALIZAÇÃO TERRITORIAL NO BRASIL	12
4 - A HISTÓRIA NÃO CONTADA SOBRE A EMANCIPAÇÃO DE ARAME – MA: o passado ainda se revela no presente	13
5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES	16
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	26
ANEXOS	28

1 INTRODUÇÃO

O município de Arame no Maranhão era visto outrora como um simples vilarejo, sem história, sem vida, sem raízes, sem um processo de construção histórica. Com o passar do tempo, a população do tímido vilarejo foi crescendo, o espaço começou a ganhar uma organização social mais complexa e a partir daí iniciou-se um processo de emancipação. Muitas são as fontes orais e materiais da origem e da história da cidade, entre documentos, livros, pessoas mais velhas que relatam. No presente estudo, nos atentaremos aos contadores dessa história, bem como, bibliografia encontrada e tudo o que envolveu o processo de emancipação do município de Arame.

O interesse por esse estudo surgiu mediante uma inquietação pessoal a respeito do assunto, relacionada com os estudos adquiridos na universidade que proporcionaram um conhecimento e esclarecimento mais aprofundado sobre as questões regionais, o que fez despertar esse desejo de compreender o processo de emancipação do município de Arame, haja vista ser a cidade natal da autora do presente artigo.

É importante destacar que esse estudo se configura enquanto uma análise investigativa acerca do assunto, levando em consideração tratar-se de uma pesquisa necessária para a obtenção de respostas às lacunas existentes no processo que envolveu a emancipação do município de Arame – MA.

Segundo Canedo (2008), as emancipações no território brasileiro acompanharam fatos e acontecimentos políticos, e sua frequência não foi constante, ocorrendo períodos de intensa emancipação, momentos de recessão e estagnação, conforme as conjunturas políticas de cada local. Conforme veremos no decorrer do trabalho, na cidade de Arame também não foi diferente.

Desse modo, o objetivo desse trabalho é Identificar e analisar o processo histórico de emancipação do município de Arame – MA, a partir de uma nova abordagem, levando em consideração o posicionamento das duas vertentes existentes sobre como esse processo ocorreu e percebendo as nuances do passado através de fontes orais e documentais, bem como, os conflitos territoriais entre índios e não índios que resultaram na independência e autonomia de Arame enquanto um novo município do Estado do Maranhão.

Diante disso, este estudo tem enquanto relevância acadêmica e social o intuito de desmistificar estigmas e estereótipos sobre como ocorreu o processo de emancipação de Arame – MA, sobretudo no que concerne às vertentes contadas nos livros de História, Geografia e fontes orais, sendo perpassadas ao longo das gerações, com equívocos e impregnações políticas e particulares, beneficiando grupos locais. Por isso, ao delimitar o tema, levou-se em consideração a grande relevância em identificar os atores envolvidos, compreender e analisar esse processo, ressaltando os dois lados da história.

Para tanto, utilizamos de uma base teórica e bibliográfica especializada no tema, a fim de fundamentar o estudo, além de reflexões sobre o processo de emancipação municipal no Brasil e no Maranhão, bem como as causas da criação do município anteriormente citado.

Portanto, como a sociedade se constitui através de um pacto social, cuja existência está intrinsecamente ligada a um pacto territorial, mesmo que isso muitas vezes não esteja explicitado, os objetivos e conteúdo de ambos são mutáveis, exigindo diferentes arranjos e configurações à medida que a sociedade apresenta novas necessidades e, desse modo, não se pode conceber o espaço com recortes geográficos políticos imutáveis (SANTOS, 2002).

Por isso, para Santos (2002, p. 34) “as divisões e subdivisões territoriais, através da conformação dos Estados, municípios e outras configurações, não são apenas uma moldura, um dado passivo, mas constituem um elemento ativo do quadro de vida”. Dessa maneira, a divisão território não se funda em aspectos funcionais determinados por ações e interesses específicos, mas adquire um significado estrutural e, inscreve-se nas formas e no conteúdo da vida social.

2 - MATERIAL E MÉTODO

A proposta dessa pesquisa quanto a abordagem é qualitativa e o procedimento utilizado foi bibliográfico, documental e de campo, pois se trata de um estudo da área da Geografia e esta é a ciência do empírico, bem como o geógrafo é o inventariante do visível (GOMES, 1997).

Quanto aos instrumentos para a coleta de dados utiliza-se de entrevistas, norteadas por um roteiro com um conjunto de perguntas previamente elaboradas (ANEXO), e teve como critério de amostragem 5 (cinco) sujeitos, dois de origem indígena e três “brancos”, como são chamados na cidade.

Recorremos a peculiaridade da história oral para realização da pesquisa, porque privilegia a recuperação do vivido conforme percebido por quem viveu. Para ALBERTI (2004) não é fator negativo o fato de o depoente poder “distorcer” a realidade, ter “falhas” de memória ou errar em seu relato. Trata-se de um diálogo entre entrevistado e entrevistadores, de uma construção e de uma interpretação do passado, utilizada através da linguagem falada.

O processo de escolha dos entrevistados se deu através de convite para participar da presente pesquisa, optando por pessoas mais velhas, que possuem um conhecimento melhor sobre a cidade. Iremos nos referir aos sujeitos entrevistados como S1, S2, S3, S4 e S5, para manter a idoneidade dos sujeitos os padrões éticos da pesquisa (o “S” é de sujeito, sendo enumerados para melhor organização do trabalho). Utilizou-se a entrevista do tipo focalizada, onde há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar. Para isso, são necessários habilidade e perspicácia por parte do pesquisador (MARCONI e LAKATOS, 2003).

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica de caráter exploratório, seletivo e analítico, fundamentado em artigos científicos e estudos sobre o tema, principalmente em língua portuguesa. Foram pesquisados artigos e textos direcionados ao tema, mas, alguns com enfoque no processo histórico de emancipação do município de Arame – MA e no processo de emancipação em si. Alguns estudos serviram apenas como complemento da leitura. Para a busca foram utilizados os seguintes descritores: emancipação, divisão e compartimentalização territorial, emancipação de Arame – MA, conflitos territoriais, entre outros.

O presente artigo está organizado da seguinte forma: primeiramente abordaremos a questão da divisão e da compartimentalização territorial no Brasil, caracterizando o que está instituído na Constituição de 1988 e analisando o sentido dessas divisões. Em seguida, entraremos no cerne desse estudo, tratando da história não contada nos livros didáticos nem nas fontes orais sobre a emancipação do município de Arame – MA e como esse passado mal contado ainda repercute no presente da sociedade aramense, destacando os conflitos territoriais entre índios e não índios ocorridos no local.

Adiante, trataremos do processo histórico de emancipação do município de Arame – MA de fato, contextualizando como esse processo ocorreu, enfatizando os relatos obtidos com as entrevistas realizadas e a bibliografia disponível. Por fim, faremos a discussão dos dados obtidos com as entrevistas, finalizando o trabalho com as considerações sobre a pesquisa.

Abaixo, um mapa do município estudado no presente trabalho.

Figura 1. Município de Arame – Maranhão.



Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Área de estudo

A organização do espaço agrário maranhense foi altamente influenciado pelos elementos jurídicos, reguladores da distribuição da terra, desde o início da colonização e pelo direcionamento dado as atividades agrícolas. De acordo com CANEDO (2008), os aspectos legais se sobrepuseram mais do que os fatores físicos na organização do espaço. O Estado do Maranhão ainda hoje, desenvolve atividades predominantemente agrícolas, assim como, no município de Arame.

Segundo o IBGE (2010), em 2008, Arame possuía uma população estimada de 32.750 habitantes. Em 2016, o salário médio mensal da população de Arame era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 3.3%. No que toca à educação, a taxa de escolarização, variava de 6 a 14 anos de idade, cerca de 89,8%, em 2010. Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 3.6 no IDEB e para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 2.7.

3 - A DIVISÃO E COMPARTIMENTALIZAÇÃO TERRITORIAL NO BRASIL

Quando falamos em divisão e compartimentalização de território, entramos em uma questão geográfica que vem sendo objeto de estudo de muitos profissionais da área da Geografia, bem como de áreas afins. Não é um tema novo, no entanto, uma exposição sobre o sentido das divisões territoriais se faz necessária, haja vista tratar-se de um estudo sobre emancipação territorial de um município maranhense, no qual pouco se tem no quesito produção textual.

Para falar de divisão e compartimentalização territorial, deve-se frisar o que a carta magna do país acata em relação ao assunto. Segundo Brandt (2010), a Constituição Federal de 1988 concedeu aos municípios ampla autonomia política e administrativa, outorgando-lhes o *status* de entes federativos, ao mesmo tempo em que ampliou significativamente a base das transferências federais.

Essas mudanças trazidas pela Constituição, aliadas a outras prerrogativas, como a derrogação ao âmbito estadual da fixação de requisitos mínimos para a emancipação de municípios, contribuiu para uma verdadeira avalanche de emancipações, equivalente a quase um quarto do total de municípios existentes no país (BRANDT, 2010). Por isso, pode se inferir que após a promulgação da Constituição de 1988, a criação de municípios no Brasil se intensificou, criando um território muito mais recortado por unidades políticas locais.

Para fins de esclarecimento, no fragmento a seguir é possível perceber o artigo da Constituição que trata dessa questão:

O principal elemento liberalizante trazido pela Carta Magna de 1988 encontra-se no § 4º do art. 18, que estabeleceu, para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, apenas duas condições: a preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano, de acordo com requisitos previstos em lei complementar estadual, e a consulta prévia mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas (BRANDT, 2010, p. 61).

Dessa maneira, é importante para o presente estudo destacar qual o sentido dessa divisão e compartimentalização de território, pois o município de Arame teve a sua emancipação pautada nesses pilares. Segundo Cigolini e Cachatori (2012, p. 04),

A divisão e a compartimentação do território podem ser entendidas como um processo de organização dos grupos sociais. Nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo

operário de sua ação, pois ao longo da história humana, olhando o planeta com um todo ou observando através dos continentes e países, o espaço geográfico sempre foi objeto de uma compartimentação.

Nesse sentido, constata-se que a atual configuração das divisões e compartimentalizações territoriais no Brasil, bem como a criação e conseqüentemente a emancipação do mesmo, se deve a um percurso histórico longo, mas que teve seus preceitos e condições atuais vigentes na Constituição de 1988, que concedeu os parâmetros necessários para tratar dessa questão. Segundo Cigolini e Cachatori (2013, p. 732) a compartimentação do espaço é um fenômeno que perpassa os regimes políticos ou explicações circunstanciais, pois essas são conjunturais, enquanto a emancipação, fenômeno ligado à dinâmica territorial, é estrutural.

Apresentamos então esse breve histórico porque quando se coloca em questão a criação e o surgimento de novos municípios no Brasil, alguns esclarecimentos são de fundamental importância para a compreensão desta reconfiguração territorial, pois sabemos que as divisões territoriais no Brasil bem como no Maranhão foram motivo para o surgimento de muitos conflitos de terras e isso alterou a configuração do estado, fazendo surgir novos municípios, como por exemplo, a cidade de Arame – MA. A seguir, veremos como a história desse lugar é contada, ou não é contada.

4 - A HISTÓRIA NÃO CONTADA SOBRE A EMANCIPAÇÃO DE ARAME – MA: o passado ainda se revela no presente

Devido à escassa bibliografia que trata de forma específica do processo histórico do município de Arame, fundamentaremos essa parte principalmente no livro de Zannoni (2018), intitulado “*O Senhor disse Eu vi, Eu vi*” que aborda de forma específica um pouco da história dessa cidade. Outrora, a região de Arame, que dista 126 km do município de Grajaú – MA, era uma região de mata caracterizada pela existência de povoados maiores e pela presença de conflitos de terra em grande escala com brigas decenais entre fazendeiros/grileiros e lavradores. Segundo Zannoni (2018), nessa região, a grilagem era uma constante.

É importante salientar que “Arame ainda não era cidade naquela época, pois fazia parte do município de Grajaú. O povoado perfazia cerca de 10.000

habitantes (uma cidade pequena) e podia ser considerada terra de ninguém” (ZANNONI, 2018, p. 25). Beirando o território do povoado, havia a mata virgem dos índios Tenetehara/Guajajara, uma área demarcada e protegida pelo governo através do seu órgão público encarregado, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Ainda tratando do processo histórico de Arame, Zannoni (2018, p. 27) afirma:

O povoado Arame foi habitado há muito tempo pelos Guajajara, povo indígena que habitava o Maranhão. Temos relatos da memória oral que falam desse lugar com o nome de Toari ou Tawari em tupi. Os indígenas habitavam nesse lugar, sobretudo porque era propício para alguma atividade econômica, seja para a agricultura, seja para a pesca e coleta, visto o local estar situado a beira do rio Zutiwa.

Alguns relatos apontam que antes dos primeiros brancos pisarem nessas terras, já havia vida e história naquele local, pois os índios já habitavam a região, como vimos acima no fragmento de Zannoni (2018). Segundo o autor supracitado, no processo de emancipação da cidade, há um personagem marcante na descoberta do vilarejo que veio se tornar cidade, chamado Francisco Guarin, um sujeito não índio que é tido como um dos primeiros moradores da região.

No começo da década de 1960 algumas famílias tentaram povoar esse lugar mas encontraram dificuldades por ser inóspito. Logo após chegou um certo Guarin que se estabeleceu com sua família e iniciou a trabalhar nesse lugar em contato com os índios. (ZANNONI, 2018, p. 27).

Com base na bibliografia disponível e nos relatos de memória oral sobre o assunto, concebemos índios os indivíduos de origem grupal Tenetehara/Guajajara que habitaram e ainda habitam a região, com traços característicos da cultura indígena. Já os não índios, descrevemos como sendo as pessoas ditas “brancas”, que não têm origem nas culturas Tenetehara/Guajajara e que não possuem as características inerentes aos indígenas, como traços físicos, culturais e etc.

Dessa maneira, olhando pelo ângulo de Zannoni (2018), temos a perspectiva de que os não índios se esqueceram que os índios já eram donos das terras muito antes dos primeiros brancos habitarem o local e que assim como se conta sobre a tal “descoberta do Brasil”, já que o Brasil não foi descoberto e sim invadido, da mesma forma aconteceu no lugar onde hoje é o município de Arame.

Dessa forma, é preciso olhar o outro lado da história que não é contada. É certo, segundo as fontes orais entrevistadas de origem indígena, que antes mesmo

do “homem branco” chegar naquela região, já teria moradores construindo um tipo de organização social formando um vilarejo que era chamado de Marajá, que na verdade hoje está dentro de uma área preservada chamada de Arariboia, onde índios e não índios convivem em conjunto. Isso é contradito pelos entrevistados “não índios”.

A história de Arame perpassada em livros analisados até agora, mostra uma verdadeira contradição nos relatos que alguns moradores contam. Isso nos leva a crer que devido à forte influência da política na região, a história que é contada sobre a emancipação do município de Arame nos livros tem mais a ver com a politicagem do que a verdadeira história ocorrida.

Essa contradição presente nos relatos dos indígenas e dos “homens brancos” sobre como aconteceu a emancipação do município é uma manifestação do passado que ainda se revela como uma inquietação no presente, pois não se sabe detalhes do que ocorreu. O que se sabe de certeza é que cada grupo defende o seu ponto de vista e acusa o outro grupo de alguma coisa.

Nesse sentido, é relevante destacar que os conflitos territoriais sempre existiram, desde os primórdios da história, pois o homem já disputava terras com seu semelhante. Não é um problema que ocorreu apenas em Arame – MA.

Quando chegamos em Arame, percebemos desde o começo que a questão fundiária se apresentava como o maior problema que afligia os lavradores. Chegava a se impor como um desrespeito à vida e aos direitos fundamentais do homem para sua sobrevivência. Por este motivo, a Igreja não podia não ouvir os clamores daquele povo sofredor. (ZANNONI, 2018, p. 67).

O estado do Maranhão, assim como o restante do Brasil, não foge à lógica da grande concentração fundiária. Mesmo possuindo uma área de 333.365,6 Km², o oitavo estado brasileiro em extensão territorial e o segundo do Nordeste, a cobiça por terras no Maranhão sempre foi um dos principais motivos para a geração de conflitos e atritos (AMARAL NETO, 2016).

Por conta disso, analisaremos a seguir a discussão e os resultados do presente trabalho, a fim de verificar com base na pesquisa de campo, como ocorreu a emancipação de Arame – MA.

5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

O grande motivador da luta pela independência administrativa, política e/ou financeira de Arame – MA está relacionada à busca pelo poder de determinada elite local, como por exemplo, políticos locais, pessoas de classe mais elevada e de famílias tradicionais, entre outros. No entanto, essa busca partia das demais classes da população pela procura de melhorias para sua comunidade através da emancipação.

A seguir, apresentaremos as perguntas e as respostas obtidas na pesquisa de campo, através de entrevista. Quando questionados sobre a fundação e a emancipação da cidade de Arame, a população local respondeu:

S1: “O que conheço é que não votei, mas participei da emancipação de Arame em 1986. Dois anos depois foi a eleição direta, que foi o prefeito Caetano que governou por 2 anos”.

S2: “Aqui na região antiga, não tinha ninguém, era só nós, a mata era virgem, não tinha nenhum homem branco. Nasci em cima do alto (hoje o alto da torre), meu pai morreu ali, minha mãe. Saí de lá um pregozinho (rapaz) pro sertão, nessa época era só mato. No tempo antigo, nós não tinha curador, nós não tinha medicamentos, naquela época era só remédios naturais, de casca, de plantas e outros encontrados na mata, pra fazer remédios naturais. Hoje nós estamos todos descobertos, tá tudo descoberto agora, não sabemos pra onde a gente vai, temos que ficar aqui mesmo, tá tudo descoberto. Naquela época ninguém sabia quem era vocês, ninguém sabia, ninguém sabia quem era o branco nessa época, aqui era só mata, nós não sabia o que era português, tivemos que aprender a falar, tivemos que aprender a língua. O homem branco nessa época, vinha de lá pra cá, derrubando tudo, até chegar aqui (Marajá). Aqui na vila (Marajá) tinha uma aldeia grande, em cima daquele alto no Arame (alto da torre). Naquela época todo mundo se espalhava, o branco já vinha acabando tudo, aí ficou pouco índio, cadê o povo? Já tinha acabado quase tudo, já tinha pouco índio, o branco chegou aqui e acabou com tudo e o índio o que faz? Se afastaram. Fizeram um povoado ali e os índios se afastaram, não podemos nem nos mexer porque o branco tomou conta de tudo”.

S3: “Na vila primeiro era aldeia, aí fomos se espalhando, saindo e cedendo lugar pro homem branco. Tomaram nossas terras”

S4: “Quando eu cheguei aqui no ano de 1975 o Arame já estava construído assim de uma certa forma, aí a gente ouvia falar de um representante do começo, um moço chamado Guarín, e foi ele que fundou essa cidade aqui e aí se tornou município”

S5: “Foi criado um projeto de emancipação de Arame pelo deputado Sálvio Dino, pai do atual governador do Maranhão Flávio Dino, naquela época o município tinha que se auto sustentar, porque tinha as correntes e cobrava os impostos, aí era feito a avaliação pela secretaria do estado, se aquela renda do município fosse o suficiente para sobreviver ele emancipava e se não fosse era arquivado o projeto. Então foi o que aconteceu no Arame, foi mandado o corretor pra cá pra cobrar a renda do município e o Arame não

atingiu o necessário e foi engavetado o projeto. Em 1988 foi formada uma comissão aqui, Sarney foi eleito em 1986, se tornou presidente da república e como sendo maranhense a gente se empolgou, fizemos um abaixo assinado e fomos a Imperatriz, primeira visita que ele fez ao Maranhão depois que ele recebeu a posse. Lá em Imperatriz, o Cafeteira era candidato a governador do Maranhão aí o Almeida mais o Nonato (moradores de Arame) entregaram o abaixo assinado pra ele. O Sarney olhou e falou que esse compromisso não era com ele, era com então candidato Cafeteira se por acaso fosse eleito. Então Cafeteira olhou e disse: se eu for eleito o Arame será município (ele pegou o pacote e colocou debaixo do braço) e falou pra mim: o homem que promete e cumpre. E olhando pra mim, ele cumpriu. Aí quem pegou o projeto na época foi o deputado Gastão Vieira. Eu acompanhei esse projeto passo a passo até o dia que o governador sancionou a lei de município. Mas a eleição aqui do plebiscito foi no dia 17 de janeiro de 1988”.

Figura 2. Morro onde ficava a aldeia indígena Marajá, em Arame - MA



Fonte: Acervo da Diocese de Grajaú – MA.

A figura acima se trata do morro onde ficava a aldeia Marajá citada pelo S2.

Com base nas respostas acima apresentadas, percebe-se que a história da emancipação de Arame possui suas particularidades. O S5 cita o governo Sarney na participação da fundação desse município, fato que teve relevância nesse processo de divisão e conflito territorial, como vimos no tópico 4 desse trabalho. Isso também fica evidente na pesquisa de Gonçalves (2010), quando ela afirma que (grifo nosso):

É importante esclarecer que, a partir do final dos anos 60, dá-se uma sensível mudança na política agrária maranhense, refletindo em uma concentração cada vez maior, pelo estímulo criado no governo Sarney ao investimento de empresários sulistas no setor agrícola maranhense. Esses investimentos ocorriam com incentivos fiscais, crédito e, inclusive, pela institucionalização da grilagem, com a Lei nº 2.978, regulamentada em 28 de novembro de 1969 pelo Decreto nº 4.028. Essa política, que visava modernizar a agricultura, teve como consequência **a geração de conflitos**

pelo uso e posse da terra, como também a aceleração do **processo de urbanização em todo o estado**, pois foi intenso o êxodo rural (GONÇALVES, 2010, p. 32).

Dessa forma, vemos a importância que a situação política na época teve nessa configuração territorial, bem como os conflitos resultantes desse processo. Confirmado nas falas dos entrevistados S2 e S3 quando afirmam que roubaram as terras deles (índios) e que os brancos derrubaram tudo e afastaram os índios.

Com relação a segunda pergunta da entrevista sobre os principais responsáveis pela emancipação da cidade de Arame obteve-se as seguintes afirmações:

S1: “Mercial foi o prefeito de Grajaú na época, ele foi o responsável pela emancipação de Arame, ele juntamente com seu grupo e representantes do Arame: Peba e Merin. Esses foram os principais que participaram da emancipação”

S2: (Não afirmou nada sobre isso).

S3: “Não sei nada sobre essa história”.

S4: “Teve um sistema político, porque apareceu um moço aqui com muita vontade de municipalizar a cidade de Arame e aí era caso de ter participação de linha seca pra fazer o perímetro de Arame do rio (Rio Zutiwa) pra cá. O pai do então governador Flavio Dino queria tornar Arame uma cidade, nessa época tínhamos os representantes: Antonio Peba, Merin e outros, que se interessavam na emancipação da cidade, teve plebiscito para tornar cidade”.

S5: “Foi o deputado Gastão Vieira, que era quem conduzia o processo. O Deputado Ivan Sandanha que era presidente da câmara, foi quem levou o projeto pra votação e o governador que sancionou o projeto”.

Já sabemos que o processo de emancipação política de Arame ocorreu através de vários fatores, como por exemplo, a participação e iniciativa da própria população que realizou um abaixo assinado em busca dessa emancipação. Outro fator de relevância que podemos citar é a participação dos políticos tanto estaduais, como o pai do atual governador do Maranhão, quanto locais, como o Mercial Lima de Arruda que, com base na fala do S1, foi praticamente o responsável pela emancipação de Arame – MA.

Quando questionados sobre conhecimento dos documentos e se foram apresentados para os mesmos livros ou documentos que continham a história da cidade, o S1, S2, S3 e S4 afirmaram que não conheciam nenhum documento ou livro que tratasse da história da cidade. Apenas o S5 afirmou que sabia da existência

de dois livros sobre a história de Arame: Ozano Vieira “Raízes Aramenses” e o seu Aroldo que fez outro livro.

Com relação aos conflitos entre os índios e os não índios e como é visto dentro do processo de emancipação da cidade, podemos destacar as seguintes respostas:

S1: “Nos anos de 77 teve os conflitos entre cristãos e índios, quando ocuparam um lugar chamado Marajá que era terra dos índios. Teve o confronto que levou a morte de um pai e um filho que os índios mataram, e assim os índios expulsaram eles das terras deles”.

S2: “Os conflitos que aconteceram nessa época, eu não tava aqui, lá era só mata, aí não ficamos pra ver os conflitos entre os índios. Só fiquei sabendo das notícias”.

S3: “Os conflitos foram por causa das nossas terras, eles queriam tomar nosso lugar por direito”.

S4: “Só conheço a história por “me disse” e pelo que vivi”.

S5: “Não houve conflito por terra, o núcleo do município de Arame que foi criado naquela época, ele era o rio Grajaú aqui, chamado Morro do Garrote. Dali a macaúba fechava o território de Arame. Quando veio o novo projeto de Gastão Vieira, onde Mercial era o prefeito na época, ele se interessou pela parte da reserva, foi mudado o núcleo, porque Amarante não cedia essa área da Funai: essa parte depois do rio Zutiwa. Nessa época não existia Buriti e essas cidades vizinhas, então pra evitar os conflitos entre os índios e pra não ter problema, foi criado o município, dentro do município de Grajaú pois o prefeito era de acordo. Aí foi ficou o núcleo dentro do rio Zutiwa, pra não criar conflitos com os índios. Hoje aqui divide a estrada, a direita de Arame e a esquerda é de Santa Luiza (cidade)”.

Com base nas respostas acima, percebemos que a questão territorial foi um elemento determinante no processo de construção do município de Arame. Percebemos divergências nas respostas. S3 afirma que houve sim conflitos, por conta das terras. Já S5 afirma que não houve nenhum tipo de conflito territorial. Vejamos o que a bibliografia afirma sobre isso:

Alguns anos antes houve um conflito de grandes proporções entre índios e lavradores que invadiram as terras indígenas no lugar Marajá. A expulsão desses lavradores criou um bairro no povoado de Arame com o mesmo nome, Marajá, lembrando o lugar de onde haviam sido retirados (ZANNONI, 2018, p. 25).

Com base no trecho de Zannoni (2018), é possível verificar que existiu conflito por conta de terras e que isso resultou na criação de um bairro, chamado de Marajá, que ainda existe atualmente e que conserva grande parte dos habitantes indígenas da região.

Nesse sentido, podemos citar a colocação de Quarterone e Líbero (2015), que enfatizam justamente essa questão sobre a tomada de espaço do índio por parte do homem branco.

Antes mesmo de o Brasil ser descoberto e colonizado, todo o território brasileiro era habitado pelos índios. O homem branco foi então cada vez mais tomando conta do território e utilizando-o para seu interesse próprio, inclusive para fins econômicos, fazendo com que as áreas destinadas aos indígenas se tornassem ínfimas. Mesmo depois de todo o crescimento do Brasil, que deixou os índios com uma pequena parcela do que era seu, ainda existem de fato grupos que desejam se apossar desta pequena parcela (QUARTERONE e LÍBERO, 2015, p. 4).

Essa disputa territorial entre índios e brancos foi um fator fundamental na construção do local onde hoje é Arame.

Quando questionado a relação dos índios com os não índios na região da cidade de Arame obteve-se a seguinte afirmação:

S1: “É passiva, porque os índios estão muito civilizados e nos trazem muitas rendas, a cidade não tem muita renda e eles ajudam na renda da cidade, geração de empregos, porque temos professores que ensinam os índios e mais outros serviços que os cristãos trabalham para os índios”.

S2: “Não respondeu nada”.

S3: “Nosso convívio é bom, mas eles são mais acuados por nossa presença, mas quando eu vou pro Arame não quero demorar muito, pois os olhares pra gente não são bons, eles têm muito preconceito, não me sinto bem”.

S4: “Aqui sempre teve união entre os índios e brancos, a gente sempre respeitou as terras deles e eles a nossas. Eu acho que temos uma união, os negócios deles pra cidade, o convívio é bom”.

Como podemos observar, os depoimentos dos sujeitos da pesquisa são confluentes no quesito harmonia entre o convívio dos índios com os não índios. Apesar das divergências do passado por causa das terras, atualmente se observa uma relação de bom convívio social e respeito, com uma interação de protocooperação entre os grupos que habitam a região de Arame, pois ambos precisam um do outro.

Em seguida, foi perguntado aos entrevistados há quanto tempo eles moravam ou residiam no município de Arame. Responderam da seguinte forma:

S1: “Cheguei aqui no dia 20 de outubro de 1975. A cidade já era conhecida por Arame, porque já tinha os movimentos para Arame se tornar cidade”.

S2: “Tenho 80 anos, nasci e me criei aqui dentro”.

S3: “Nasci e me criei na aldeia Marajá”.

S4: “40 anos que eu moro aqui”.

S5: “Cheguei aqui em 1972”.

Os sujeitos da pesquisa são pessoas que habitam a região há muito tempo, como é possível constatar nas falas acima. São indivíduos que construíam suas raízes nesse local, criando laços familiares e territoriais. O sentimento de pertencimento das pessoas à terra é nítido, pois segundo Moriconi (2014), isso é algo que se encontra intrínseco a elas. Portanto, cabe-nos citar brevemente o conceito de pertencimento:

A priori esse conceito – pertencimento –pode nos remeter a, pelo menos, duas possibilidades: uma vinculada ao sentimento por um espaço territorial, ligada, portanto, a uma realidade política, étnica, social e econômica, também conhecida como enraizamento; e outra, compreendida a partir do sentimento de inserção do 20 sujeito sentir-se integrado a um todo maior, numa dimensão não apenas concreta, mas também abstrata e subjetiva. (LESTINGE, 2004, p. 40 apud MORICONI, 2014, p. 19).

Sendo assim, os moradores de Arame têm o sentimento de valorizar e cuidar mais do ambiente que estão inseridos e das pessoas à sua volta, seres e coisas que ali participam (MORICONI, 2014). Eles não estão há tanto tempo nesse espaço em vão.

Com relação aos conflitos entre os povos indígenas e não indígenas ocorridos no município de Arame, os entrevistados responderam quando questionados.

S1: “Presenciei na época em 1977, os índios chegaram e expulsaram o pessoal de lá, tocaram fogo nas casas e reocuparam as terras deles”.

S2: “Eram duas aldeias, aqui na Marajá e no Alto da torre, (fica dentro da cidade, só que não tem índios morando atualmente)”.

S3: “Já. Naquele tempo foi atacado, nossa terra já era demarcada. Não gosto muito de falar sobre isso”.

S4: “Muitas vezes quando os brancos ultrapassavam os limites criavam conflitos, porque as terras deles são demarcadas e dedicada a eles, aí muitas vezes por imprudência se metiam e criavam conflitos”.

S5: “Não teve conflitos, não que eu me lembre. Só ocorreu duas mortes porque era terra dos índios e essas pessoas não queriam sair das terras deles”.

Apesar das divergências nas respostas sobre a existência de conflitos territoriais, sabemos que a terra é motivo de disputa há muito tempo entre diferentes

grupos. No entanto, é possível inferir com base nas respostas dos sujeitos índios, que eles foram perdendo território naquela região conforme os brancos foram chegando e habitando o local. Desse modo, é interessante ressaltar a posição de Quarterone e Líbero (2015, p.04) a respeito disso:

Os índios são muitas vezes marginalizados da sociedade por conta de levarem um modo de vida muito diferente do que a maioria dos brasileiros está habituada. Por isto, eles acabam se tornando estranhos, tratados por alguns como animais. Tanto é o descaso com os povos indígenas, que pouco se sabe sobre sua demografia. Tudo isto faz parte de um grande senso comum que precisa ser quebrado. Um povo que habita o país há mais tempo do que os brancos não deve ser esquecido e deixado à mercê desta forma. Os índios têm uma forte característica de união, uma identidade própria.

Dessa forma, de acordo com autores acima, os índios vêm sendo marginalizados nos últimos tempos, sendo deixado de lado, bem como perdendo espaço na sociedade atual.

Quando perguntados sobre a lembrança de outros acontecimentos históricos ocorridos no município de Arame, que poderiam tê-los deixados impressionados, os entrevistados declararam:

S1: “Em 1985 teve um confronto entre o pessoal das comunidades dos assentamentos contra os pistoleiros, pois os pistoleiros estavam matando e fazendo outras barbaridades contra o povo, inclusive na fazenda Capoema morreram 21 pessoas. Por isso teve um confronto entre a comunidade e os pistoleiros, onde chegaram a matar o pistoleiro “Erineu” na época, que era o responsável por todas as atrocidades e isso foi um grande confronto e que ainda hoje a população lembra. Esse conflito marcou toda a historia de Arame”.

S2: (Não declarou nada sobre o assunto).

S3: “Não”.

S5: “Houve antes do Arame ser município em 1975, o Ademar Cason da terra da Funai, pois Arame não era demarcado ainda e acabou comigo, porque a FUNAI tomou todas as minhas terra. Ai houve um conflito porque desapropriou Marajá, desapropriou vários povoados. Mas nessa época Arame não era cidade ainda era município de Grajaú”.

De acordo com a resposta do S4, na cidade de Arame tinham muitos criadores e fazendeiros. Entre os fazendeiros e trabalhadores ocorreram reivindicações pelas terras que eram acréscimos de terras devolutas. Com isso, os trabalhadores reivindicaram essas terras através da organização dos sindicatos dos trabalhadores.

Houve uma verificação das terras e descobriram que as terras deles não eram tudo o que eles imaginavam, assim criou a reivindicação da organização trabalhista para obter essas terras para os trabalhadores rurais poderem trabalhar, pois as fazendas estavam cobrindo essas terras todas. Houve o movimento de desapropriação e deu 144 mil hectares de terras apropriadas na situação desse pessoal.

A pergunta seguinte dizia: o que você recorda da transição política de Grajaú para Arame, durante o processo de emancipação do município de Arame? Disseram o seguinte:

S1: “O prefeito Mercial fez mais pela cidade do que os dois primeiros prefeitos que antecederam na cidade, ele foi o responsável para era transição política da cidade”.

S2: (Não declarou nada sobre o assunto).

S3: “Não”.

S4: “Politicamente a gente reconheceu um moço chamado Mercial Lima de Arruda, que antes daqui ser emancipado, ele era um representante muito importante e surgiu na gestão dele a ideia de emancipar a cidade. Ele favoreceu muita coisa aqui para o município”.

S5: “No dia 7 de maio o governador assinou a lei do município em uma cerimônia lá. Eu estava presente lá e o doutor Caetano no momento em que ele assinou lá, até que foi feita a primeira eleição tendo Nonato Dentista como primeiro prefeito”.

Como pudemos perceber nos depoimentos acima, a política foi também um elemento essencial para a construção da emancipação de Arame – MA. As articulações estabelecidas entre os políticos da região, com o intuito de atender os interesses da população, fizeram com que houvesse também o interesse de movimentação política para a emancipação e autonomia de Arame.

Quando questionados com relação ao futuro do município de Arame e a qualidade de vida dos munícipes, os entrevistados finalizaram a entrevista afirmando que:

S1: “Eu espero que seja colocados lideranças dignas, pois estamos isolados e abandonados. Estamos esquecidos, com essa má gestão que nos encontramos hoje. Estamos com saúde precária, onde mulheres grávidas têm que se deslocar para a cidade vizinha, quando adoecemos temos que viajar pra Grajaú porque aqui não tem. Estamos em situação de abandono. Precisamos de melhoras na educação, na saúde, precisamos de bancos e não estão fazendo nada por nós”.

S2: (Não declarou nada sobre o assunto).

S3: “Queria que melhorasse, olhassem mais pra nós para sermos reconhecidos como originários da terra. Até porque aqui nas nossas aldeias não tem nada que o prefeito fez. Somos esquecidos e não tem nada que eles tem feito por nós”

S4: “Eu espero que o município de Arame seja muito rico sobre a pecuária, a indústria e que haja um grande desenvolvimento dentro da pecuária. Que haja uma união entre os brancos e os índios, uma política voltada para a população”.

S5: “A gente só espera coisa boa, essas cidades pequenas e principalmente as do nordeste, existe um descaso da gestão, a gente não tem recurso pra sobreviver. Melhorar a cidade, ainda mais pra essa geração nova que vem aí”.

Todos esperam dias melhores para o futuro de Arame – MA. Por ser uma cidade interiorana, muitas políticas públicas e sociais são negligenciadas. Pela forte presença de grupos e organizações políticas na região, a vida de alguns grupos, como por exemplo, os índios e pessoas de classe mais baixa, acaba sendo mais difícil, pois a cidade não oferece uma infraestrutura de qualidade, nos quesitos saúde, educação, saneamento básico, entre outros. Mas como não podemos perder as esperanças, temos sempre que acreditar que tempos melhores virão.

Nesse contexto, a justiça social não se faz apenas com terras, mas com justa distribuição de recursos, através do atendimento dos serviços básicos na saúde, educação, transporte, habitação e etc., e através da efetiva distribuição justa e legalizada da terra a quem tem por direito permanecer nelas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos nos tópicos anteriores, o processo de emancipação política de Arame – MA, levou em conta vários fatores distintos. Um destes, foi a disputa territorial entre os índios e os brancos, onde os primeiros chegaram na região habitando e povoando o local. Com a chegada dos não índios, foi formando-se um pequeno vilarejo, com os primeiros indícios de organização social e política.

Outro fator fundamental para a construção da autonomia de Arame enquanto município foi a participação popular, que percebendo a necessidade de ver o seu lugar de moradia não mais submisso e dependente dos municípios vizinhos, organizou um movimento popular, criando um abaixo assinado, para conquistar a emancipação política.

Nesse processo, os políticos da região tiveram também grande atuação, como pudemos perceber com as falas dos sujeitos entrevistados. Um destes foi o atual prefeito de Grajaú – MA, Mercial Lima de Arruda, que viabilizou e atendeu às necessidades da população de não mais depender dos municípios vizinhos.

Portanto, com base no exposto até aqui, concluímos que o processo de emancipação política de Arame – MA possui lacunas difíceis de preencher, pois como a disponibilidade de documentos que contam essa história é precária, temos que nos basear principalmente nas fontes orais disponíveis. Porém, essas fontes carregam marcas tendenciosas, pois cada grupo defende o seu ponto de vista e acusa o outro de algo que ocorreu no passado.

Os índios da região acusam os brancos de terem tomados as suas terras e alegam que chegaram primeiro no local, tendo assim mais direito. Também carregam mágoa, por perder parte desse espaço, para a sociedade branca. Já os brancos alegam que não houve tomada de terra dos índios e que agiram de acordo com as demarcações dos órgãos públicos responsáveis.

Logo, entender o processo de emancipação política de Arame requer cautela e consciência de que os fatos contados pelos agentes que viveram e ainda vivem no local são baseados em fortes percepções grupais. No entanto, é necessário que cada vez mais pesquisadores se interessem em escrever sobre isso, pois a sociedade carece de mais informações.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **História oral; a experiência do CPDOC**. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1990, 202p.

AMARAL NETO, Roberval. **A escravidão contemporânea no campo**: um elo na modernização de Goiás e Maranhão. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Goiânia – GO, 2016.

CANEDO, Eneida Vieira da Silva, **Organização do Espaço Agrário Maranhense até os anos 80**: A distribuição da terra e atividades agrícolas. 2ª ed. São Luís: Interativa, 2008.

CIGOLINI, A. A. **Território e Criação de Municípios no Brasil**: Uma abordagem históricogeográfica sobre a compartimentação do espaço. Tese de Doutorado em Geografia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

CIGOLINI, Adilar Antonio. CACHATORI, Thiago Luiz. **Análise do processo de criação de municípios no Brasil**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012.

_____. **Emancipações municipais no Brasil**: prognóstico sobre a continuidade da compartimentação do espaço em novos municípios. Revista Geonorte, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.730-747, 2013.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia Fin-de-siéclo: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões**. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, P.C; CORRÊA, R. L. (org). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.13-42.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MORICONI, Lucimara Valdambri. **Pertencimento e identidade**. Lucimara Valdambri. – Campinas, SP: [s.n.], 2014.

QUARTERONE, Giovanna Ignacio. **A imagem do índio em relação ao homem branco no Brasil**: de que maneira os índios são retratados nas produções

audiovisuais pelos que se dizem civilizados? Faculdade Cásper Líbero. PPGCOM ESPM // São Paulo // COMUNICON, 2015.

SANTOS, M. **O País distorcido**. São Paulo: Publifolha, 2002.

ZANNONI, Claudio. **O Senhor disse eu vi, eu vi**: dez anos da caminhada das CEBs de Arame (MA) / Claudio Zannoni, Luís Pirotta, Jan Zuffellato – São Luís-MA: Claudip Zannoni Ed., 2018.

ANEXOS

ROTEIRO DE PERGUNTAS DA ENTREVISTA

- 1) O QUE VOCÊ CONHECE SOBRE A FUNDAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO DA CIDADE DE ARAME?
- 2) QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS PELA EMANCIPAÇÃO DA CIDADE DE ARAME?
- 3) VOCE JÁ VIU ALGUM LIVRO OU DOCUMENTO QUE CONTENHA A HISTÓRIA DA CIDADE? SE SIM, QUAL?
- 4) COMO O CONFLITO ENTRE OS ÍNDIOS E OS NÃO ÍNDIOS É VISTO DENTRO DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DA CIDADE?
- 5) COMO É A RELAÇÃO DOS ÍNDIOS COM OS NÃO ÍNDIOS NA REGIÃO DA CIDADE DE ARAME?
- 6) HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ MORA (RESIDE) NO MUNICÍPIO DE ARAME?
- 7) VOCÊ PRESENCIOU ALGUM DOS CONFLITOS ENTRE OS POVOS INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS OCORRIDOS NO MUNICÍPIO DE ARAME?
- 8) VOCÊ LEMBRA DE OUTROS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS OCORRIDOS NO MUNICÍPIO DE ARAME QUE O DEIXOU IMPRESSIONADO?
- 9) O QUE VOCÊ RECORDA DA TRANSIÇÃO POLÍTICA DE GRAJAÚ PARA ARAME, DURANTE O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAME?
- 10) O QUE VOCÊ ESPERA PARA O FUTURO DO MUNICÍPIO DE ARAME?